

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *C. R. S. P. M.*Data: *12/03/85*Pág. *—*

Pasta n.º

N.º do recorte

Projeto baixa custo de creche

Os futuros centros de saúde, creches e escolas rurais do Estado poderão ser construídos em estruturas de aço, barateando o seu custo em quase 12% e diminuindo o prazo de entrega. O projeto foi desenvolvido pelo Departamento de Obras da Secretaria de Transportes com o apoio da Cosipa, e ontem aprovado pelo governador Franco Montoro.

Atualmente as obras para construção de uma creche convencional, com cerca de 300 metros quadrados, duram quase dez meses e o novo projeto prevê a implantação dela em apenas 15 dias. Franco Montoro visitou o protótipo de uma creche em estrutura metálica no Departamento de Obras Públicas, e segundo o secretário de Obras, João Leiva, "ficou empolgado com a nova idéia".

O protótipo, um centro infantil de convivência, de 300 metros quadrados, atende a crianças de zero a seis anos e foi construído em 15 dias. O custo da obra ficou em torno de Cr\$ 190 milhões. João Leiva informou que uma construção convencional na mesma metragem ficaria em aproximadamente Cr\$ 212 milhões e demoraria quase dez meses para ser entregue.

O projeto do Departamento de Obras Públicas prevê que a cobertura da creche deve ser feita com uma estrutura metálica leve, executada em chapas dobradas com isolamento térmico. João Leiva informou que a implantação dessas creches em todo o Estado depende de verbas do Estado, que deverão ser liberadas agora pelo governador Franco Montoro.



Metalúrgica Prada: a proximidade dos filhos aumenta a produtividade das mulheres, diz o psicólogo Braun



Maria Amélia: "situação calamitosa"



MULHER

Direito para poucos

Feministas desencadeiam luta pelo cumprimento da esquecida lei que zela pela amamentação dos bebês

Ao descer do ônibus em frente aos portões da Metalúrgica Prada, localizada no bairro de Santo Amaro, na região Sul de São Paulo, a operária Josefa Pereira da Silva, 30 anos, não cumpre a mesma rotina de 1.992 dos 2 mil operários da fábrica. Antes de vestir seu macacão, ela executa outra tarefa, mais delicada. Leva a filha Umbelina, uma rechonchuda garota de 5 meses, até o berçário que funciona dentro dos muros da fábrica. Só então retorna e assume seu lugar na linha de produção de embalagens metálicas. Durante a manhã, Umbelina e Josefa voltam a encontrar-se mais três vezes, por períodos de meia hora, para amamentação. E, às 14 horas, voltam juntas para sua modesta casa no bairro operário Valo Velho, a 45 minutos de ônibus dali. "É minha primeira filha", diz Josefa, "mas eu fico tranqüila sabendo que ela está perto de mim e bem-cuidada".

Como Josefa, há outras sete mães amamentando seus filhos no berçário da Prada. Elas desfrutam um direito que, embora há 45 anos inscritos nas leis trabalhistas, ainda é negado à esmagadora maioria das mulheres assalariadas do país. De acordo com a lei, em todos os estabelecimentos, comerciais ou industriais, em que trabalharem pelo menos trinta mulheres com mais de 16 anos de

idade, é obrigatória a instalação de um local apropriado para as empregadas amamentarem seus filhos, durante os seis primeiros meses de vida. Mas quase ninguém cumpre tal lei, conforme constatou um estudo pioneiro que acaba de ser concluído pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão ligado ao gabinete do governo paulista. Em todo o Estado de São Paulo, o mais industrializado do país, revela o estudo, existem apenas 38 empresas com berçários ou



Lourdes, da Mamãe: 27 berços para 114 indústrias

creches dentro de seus muros. No município de São Paulo, das 279 indústrias metalúrgicas que empregam grandes contingentes de mulheres, somente quatro têm berçários. "A situação é calamitosa", afirma Maria Amélia de Almeida Telles, 40 anos, coordenadora da comissão de creches do conselho.

O estudo, desenvolvido por uma equipe de sete pesquisadoras, é a primeira tentativa que se faz, em esfera oficial, de rastrear as creches em locais de trabalho. Exigiu quase cinco meses para a aplicação de minuciosos questionários e entrevistas. Na hora do balanço final, porém, apesar de constatarem que a lei é flagrantemente ignorada, as pesquisadoras também garimparam uma pequena mas importante informação positiva. Desde 1979, vem aumentando o ritmo de instalação de berçários e creches junto aos locais de trabalho. Enquanto que nos primeiros quarenta anos de vi-

gência da lei foram criados dezoito berçários para atender as mães trabalhadoras, nos últimos cinco anos já surgiram outros quinze. É um dado alentador. A explicação para esta mudança pode ser buscada em dois fatos. O primeiro é a crescente incorporação de contingentes de mão-de-obra feminina nas fábricas e estabelecimentos comerciais. No Brasil, a participação da mão-de-obra femi-

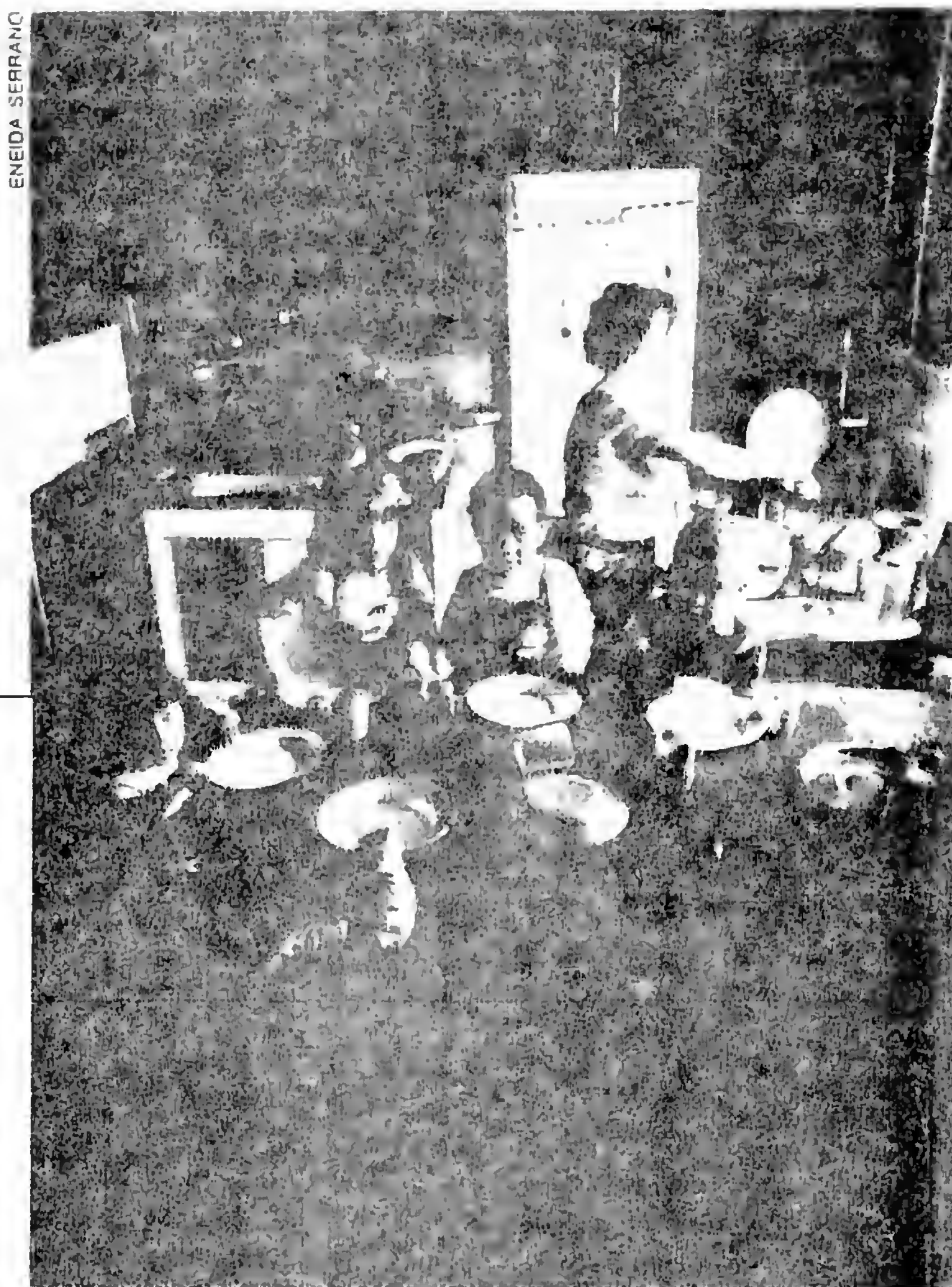
nina sobre o total de assalariados passou de 21% em 1970 para 32% em 1982, refletindo uma mudança que está ocorrendo em todo o mundo, em maior ou menor escala. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de famílias que têm pai e mãe trabalhando fora saltou de 18,9 milhões em 1967 para 26,1 milhões em 1983. Há cada vez mais crianças necessitando de cuidados fora do lar. No Brasil, de cada 100 trabalhadoras, 21 têm filhos pequenos, com menos de 6 anos. "Muitas mães são obrigadas a desmamar precocemente os filhos, deixando-os na casa de vizinhos", afirma Maria Amélia.

O crescimento do número de berçários também coincide com a retomada dos movimentos feministas e das grandes greves operárias. Nas mesas de negociações entre patrões e empregados, além de salários, discute-se cada vez mais a melhoria das condições de trabalho. Mas o que se obteve até aqui ainda é irrisório diante da magnitude do problema, segundo as pesquisadoras do conselho. Em seu estudo, elas constataram que um dos principais obstáculos a ultrapassar é a própria lei que regulamenta os berçários. Ao mesmo tempo que exige locais especiais para amamentação, a lei autoriza as empresas a firmarem convênios com creches ou berçários já existentes, para atendimento de suas funcionárias. Nada

diz, porém, sobre as características das creches conveniadas, a que distância máxima devem ficar do local de trabalho ou quanto deve ser pago pelos berços utilizados. É por causa dessas brechas que, na prática, os convênios não funcionam, apesar de serem largamente utilizados pelas empresas. A situação da creche Mamãe, localizada no bairro de Santo Amaro, nas proximidades do largo 13 de Maio, é exemplar. Ela é uma das 63 creches paulistas autorizadas pelo Ministério do Trabalho a celebrar convênios, fornecendo recibos de pagamento com os quais as empresas se escudam no caso de alguma eventual fiscalização. Essas empresas fazem reservas de berços,

pagando 3 mil cruzeiros mensais para cada reserva, mas os berços raramente são utilizados – ou porque as empresas não divulgam o convênio entre os funcionários ou porque a distância entre a fábrica e a creche é muito grande. Na semana passada, segundo as contas da assistente social aposentada Lourdes Moraes Fernandes, 54 anos, a creche Mamãe, que ela administra, tinha reservas para 427 berços, distribuídos por 114 indústrias. Desse total, apenas quatro estavam sendo utilizados. Se houvesse, por qualquer motivo, um afluxo maior, a creche, que funciona em precárias condições, com apenas 27 berços, não poderia atender à demanda.

Nessa situação, as empresas ganham porque obtêm garantias legais através de quantias irrisórias. A creche também ganha porque recebe dinheiro para cuidar de crianças que nunca vê. A única perda, no caso, é da mãe. "É uma situação irreal", reconhece a administradora Lourdes. "Mas nós não podemos jogar o dinheiro pela janela." Da sua lista de clientes constam empresas conhecidas, como a In-



Lucy, mãe-crecheira gaúcha: dinheiro contado

Crecheiras, mães voluntárias

Em 1979, quando assumiu a prefeitura de São Paulo, o engenheiro Reynaldo de Barros defrontou-se com um vigoroso movimento de reivindicação por creches, sustentado por clubes de mães dos bairros mais pobres da periferia da cidade. De olho nas eleições de 1982, quando se candidataria ao cargo de governador, Barros expandiu a rede de creches municipais de 4 para 124 unidades, em menos de quatro anos. No ano passado, porém, a Comissão Especial de Inquérito sobre Creches, instalada na Câmara de Vereadores de São Paulo, constatou que a maioria daqueles estabelecimentos foi construída em locais inadequados – como terrenos úmidos – e com material de baixa qualidade. Alguns ameaçavam desabar sobre a cabeça das crianças.

O relatório final daquela comissão foi concluído há duas semanas e encaminhado ao prefeito Mário Covas, que pretende utilizá-lo como subsídio para a elaboração de uma nova política sobre creches municipais. Um

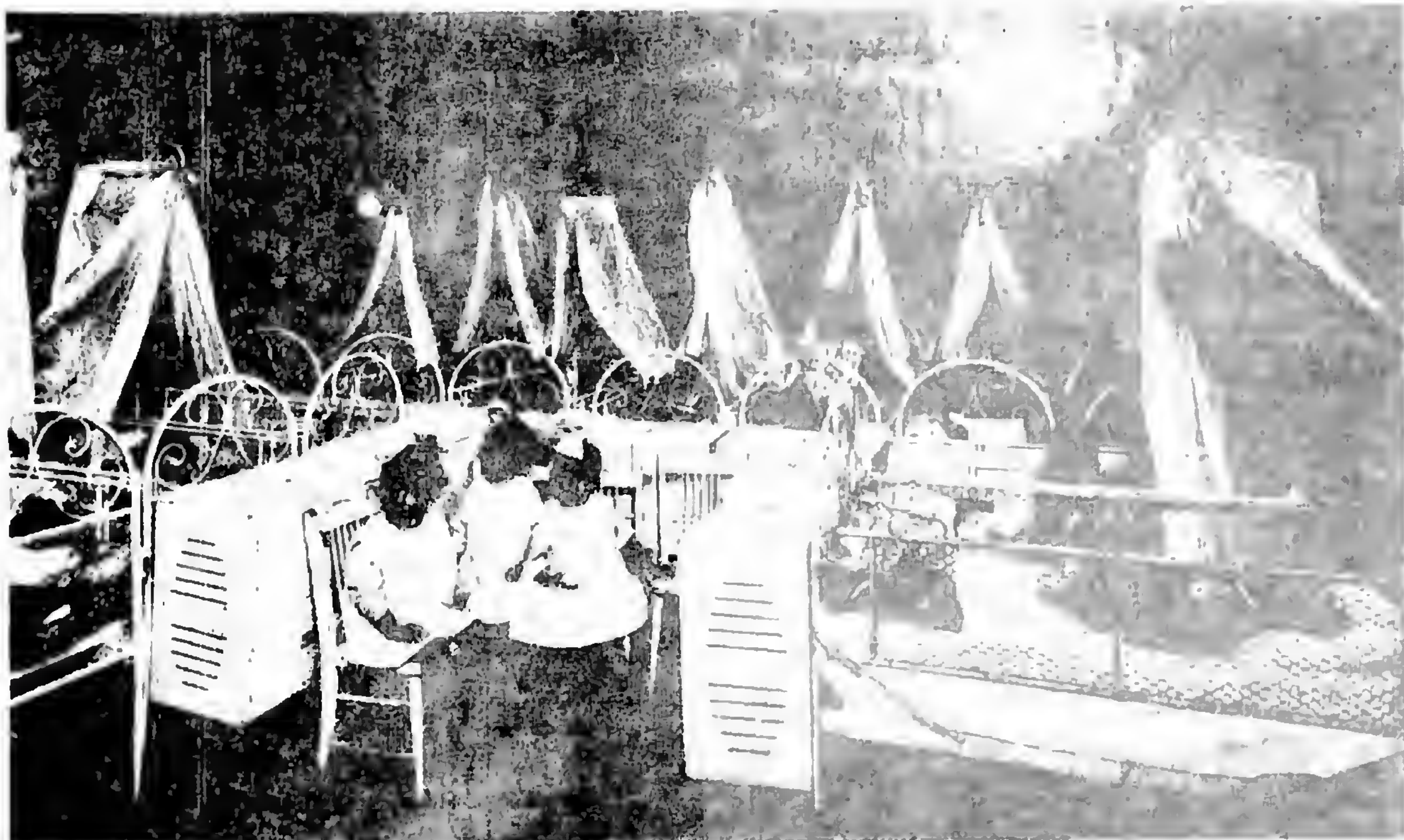
dos pontos mais polêmicos a respeito do assunto é a proposta de implantação, na periferia de São Paulo, do sistema de "mães-crecheiras". Este sistema funciona a partir de mulheres que, voluntariamente, cuidam de filhos de vizinhos. No Rio Grande do Sul, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) desenvolve um projeto nesta área há sete anos, reunindo um total de 445 mães-crecheiras espalhadas por 20 municípios, incluindo Porto Alegre.

As crianças são agrupadas nas próprias casas das voluntárias em grupos de oito ou nove, encaminhadas pela FEBEM. Para cada criança de que cuida, a voluntária recebe mensalmente 60 mil

cruzeiros, destinados à compra de alimentos. A parte do dinheiro que é economizada pode ser embolsada pela dona da casa. Essas mulheres não têm nenhum vínculo empregatício com a FEBEM, registrando-se nos órgãos previdenciários como autônomas. Segundo a coordenadora do programa, a assistente social Bernadete Cunha, 31 anos, o objetivo é estimular a comunidade a trabalhar com seus próprios recursos. "Trata-se de um recurso alternativo", diz ela. "Sem isso, muitas crianças acabariam fatalmente internadas na FEBEM e afastadas do seu meio social."

Lucy Ferreira Jacobi, 38 anos, dona-de-casa, cuida atualmente de um grupo de nove crianças e diz que gosta muito de seu trabalho. Lastima apenas não sobrar nada do dinheiro da FEBEM para ela, que gostaria muito de reformar sua casa. O seu problema é, na verdade, um dos pontos mais polêmicos do programa das mães-crecheiras: afinal, elas trabalham para o Estado, de graça.

FOTOS ARQUIVO VOTORANTIM



Têxtil Votorantim, em Sorocaba, SP: a primeira creche do país, fundada em 1926, hoje atende 270 crianças

dústria de Chocolates Lacta, o laboratório farmacêutico Lepetit, a metalúrgica Metal Leve ou a Philips.

No outro lado da cidade, na Lapa, a creche Padre Guerino mantém convênio, nas mesmas condições, com outras empresas, entre as quais a Gessy-Lever, a Computadores Scopus, a perfumes Bozzano e outras. Mas a sua nova diretora, a professora primária Yone Oliveira Torres, 30 anos, pretende

acabar com todos, conforme forem vencendo os seus prazos. É uma situação "horível", diz ela. "As empresas estão localizadas longe daqui, escondem os convênios das empregadas, para que não possam utilizá-los e proíbem as mães de virem amamentar as crianças." A melhor saída, segundo Yone, seria as empresas de uma mesma região se unirem e criarem berçários e creches para seus funcionários. "Há

muitas indústrias localizadas bem próximas que podem fazer isso.

Este é um tipo de proposta que o Conselho Estadual da Condição Feminina também pretende levar aos empresários, através de uma campanha publicitária a ser desencadeada nos próximos dias. Entre outros argumentos, os membros do conselho, que deverão circular em revistas dirigidas a empresários, procurarão demonstrar que os custos desses serviços

não são exagerados e que o retorno é considerável. Na Metalúrgica Prada, onde o berçário, com capacidade para dezessete crianças, começou a funcionar em 1979, o psicólogo Augusto Braun, 37 anos, diretor do Departamento de Recursos Humanos, não esconde sua satisfação com os resultados obtidos. "A assiduidade das mães ao trabalho é muito maior quando podem ficar ao lado dos filhos", afirma. "A sua tranquilidade e a sua segurança acabam sendo repassadas para toda a população feminina da fábrica, com sensível melhora na produtividade", continua. "Todas elas começam a sentir que podem casar e ter filhos, sem nenhum risco de ter que deixar o emprego."

Em Sorocaba, cidade localizada a 90 quilômetros de São Paulo, o diretor administrativo da indústria têxtil Votorantim, Antônio Gavioli, 42 anos, também afirma que a segurança das mães quanto à guarda dos filhos aumenta o seu rendimento. Aquela empresa, criada em 1918, foi a primeira no país a instalar um berçário e uma creche dentro do próprio local de trabalho, no ano de 1926. Atualmente atende cerca de 270 crianças, na faixa de 2 meses a 6 anos de idade. "Há certas coisas que nem precisariam de leis para ser feitas", afirma Gavioli. Essa também é a opinião de Denilda Pereira



Denilda, mulher do presidente da Transbrasil: "briga mais fácil"

Fontana, 53 anos, mulher do presidente da empresa aérea Transbrasil, Omar Fontana. No início do ano passado, após várias tentativas frustradas, ela finalmente convenceu o marido a levar até o conselho diretor da empresa a proposta da criação de uma creche para atendimento de seus funcionários. Hoje, nas proximidades do hangar da Transbrasil, na região do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, a creche da empresa já

atende trinta crianças, de 2 meses a 5 anos, dentro de um padrão comparável ao de qualquer estabelecimento particular de alto nível. "Eu sei que é mais fácil quando a mulher do presidente entra na briga", admite Denilda, que tem cinco filhos e quatro netos. "Mas em todas as empresas deveriam reconhecer as dificuldades das mães que trabalham e as grandes necessidades das crianças."

Tolerância e respeito, receitas para um casamento feliz

Reportagem Local

Mesmo desafiando aqui e ali, a opinião é a de que a receita para um casamento feliz ainda é tradicional. Tolerância, respeito e comunicação entre os parceiros são seus ingredientes básicos. Sem eles, garante a maioria, qualquer tentativa de vida a dois se perde no labirinto de solicitações do dia-a-dia.

Os tempos mudaram, novas propostas tentam romper o convencionalismo secular da instituição. Mas na essência muda pouco. Religioso ou civil, formal ou aberto, pouco importa. A credibilidade do casamento continua inalterada. Prova disso é que as pessoas continuam casando. E, mais do que isso, acham que —apesar de tudo— o casamento ainda é cenário de uma felicidade bastante provável.

“Só que essa felicidade não tem nada de ideal”, adverte o professor Júlio Gomes Almeida, 29. “Ele é uma coisa suada, que a gente vai ter que cultivar na dureza da rotina”. Essa foi uma das últimas declarações suas na solteirice, já que ontem à tarde, na pequena capela da PUC, ele colocou uma aliança na mão esquerda da assistente social Silvana Cavi-chioli, 23.

Profundamente religiosos —ambos militam nas comunidades de base da

Igreja Católica— os dois apostam na felicidade da vida conjugal. Quanto aos ingredientes, nenhuma idéia exata. Júlio faz apenas uma recomendação básica: “É preciso casar entendendo o exato sentido do sacramento e tendo a consciência do que se quer”, afirma. “É por isso que assumimos o casamento como algo irreversível, já que ele será a presença de Deus unindo nossas vidas numa só.”

Sua noiva Silvana concorda. E chega a esboçar uma receita de felicidade. “Um casamento feliz depende de a gente desenvolver a própria capacidade de convivência”, afirma. Depois, acresce outros ingredientes, como a maturidade emocional, o companheirismo e a disposição para assumir compromissos conjuntos. Finalmente, Silvana cita a fé.

Ansiedade

Júlio e Silvana serão precedidos no altar da PUC por um casal de características bem diversas, o desenhista mecânico Adriano Sales Júnior, 23, e Márcia Lopes dos Santos, 21, professora primária. Alternando expressões sérias — “Agora vamos lutar por nossa intimidade” (ela) com outras tipicamente juvenis — “Vou sentir falta da comida da

minha mãe” (ele)— a dupla não esconde sua ansiedade com a vida que começa. Mas está segura de que não deixará a peteca cair. De que jeito? “Sendo tolerante para enfrentar os problemas que a gente sabe que vão surgir”, diz Márcia. “Além disso, precisa ceder um pouco, não ser individualista demais”, arremata Adriano. “Sem isso, —asseguram— não se constrói nadinha.”

Os ingredientes não variam muito dos solteiros para os casados que os citam. A psicóloga Cenise Monte Verde, 28, é um bom exemplo desse relativo consenso. “A tolerância é fundamental”, confirma. Mas Cenise vai mais longe em sua receita, baseada em seu ano e meio de casada. Ela acha que é preciso reconhecer que não se pode ter tudo. “A escolha em si de um parceiro implica em não se ter outros”, argumenta. Em segundo lugar, ela recomenda um delicado equilíbrio de comunicação. “Deve-se mexer nas feridas da relação mas, ao mesmo tempo, preservar a individualidade dos parceiros, a possibilidade de se ter segredos pessoais.”

Um pouco adiante no tempo, a dona de casa Lícia Alcântara, 38, há quatro casada. Por cinco anos, ela viveu com o marido ainda solteira. Só casou quando engravidou de seu

único filho, “já que aí é melhor transar tudo direitinho”. Lícia assegura que não há qualquer diferença nos requisitos para se ser feliz numa união “seja ela de que tipo for”. São eles, pela ordem: amor, amizade e, por último, uma certa condescendência para com o parceiro. “As vezes precisamos fazer vistas grossas com seus defeitos para poder realçar suas qualidades”.

Independente da área de atuação dos entrevistados, alguns ingredientes são quase sempre citados. “Não há fórmulas para o casamento”, arrisca a atriz Bárbara Bruno, 28, três filhos, casada há dez anos. Endossando a fórmula transmitida por seus pais —os atores Paulo Goulart e Nicete Bruno— ela arrola o amor, a tolerância e o respeito mútuo como requisitos fundamentais à saúde matrimonial. E mais: “É necessário acreditar que o casamento é para a vida inteira. É errado casar com uma emoção diferente”.

Alguns discordam desse conselho. Às vezes, tão radicalmente, que chegam a sugerir, como o psiquiatra Edson Engels, 34, a criação do “casamento a prazo fixo”. Segundo o criador, estipula-se um prazo —“O ideal é um ano”— para a relação matrimonial que é renovado se os parceiros entenderem que a expe-

riência foi válida. “Com isso ninguém se sentirá traído ou abandonado caso o casamento termine”, afirma Engels. Ele próprio experimentou um contrato de um ano e meio, não renovado. Caso surjam novos amores no futuro, o psiquiatra é categórico: “Vou logo estabelecer um prazinho.”

Propostas desse tipo certamente tiram o sono de alguns religiosos como, por exemplo, o rabino Henry Sobel, 41, casado, pai de uma filha. “A felicidade no casamento depende não apenas da escolha do companheiro, mas sim, e principalmente, em se ser esse companheiro certo”, afirma, categórico. Já o padre católico Vando Valentini, 35, crê que duas coisas são básicas para a felicidade no matrimônio: um juízo comum sobre os valores da vida e a capacidade de perdoar. “Esse segundo ponto é importante, já que ninguém corresponde 100% aos desejos do parceiro”, explica Vando.

Para a maioria dos casais os ingredientes tradicionais nunca perderam a eficácia. Segundo a dona de casa Maria Luíza Carvalho, 42, há 21 casada, é preciso que os parceiros tenham paciência. Uma postura recomendada, de resto, por profissionais da psicologia. Para a terapeuta familiar Cléia Pilnic, 42, “quanto maior for a flexibilidade na escolha

de projetos comuns, mais saudável será o vínculo afetivo do casamento”. A terapeuta insiste que duas atitudes podem fortalecer a relação: os parceiros devem expressar livremente seus afetos e evitar o surgimento da concorrência na vida do casal.

Eis um conselho que muitos casais mais antigos sempre seguiram ao pé da letra. “Nós somos do tempo em que as brigas eram só passageiras”, afirma a dona de casa Rosaria Adorno, 65. Ao seu lado, o marido Renato, 69, com quem é casada há 46 anos. Ele complementa a frase. “Qualquer coisa hoje e os mais jovens, ôpa, ôpa, vão embora e jogam tudo pra cima.” Avós de quatro netos e pais de três filhos —dois deles já separados —eles não dem o entusiasmo por terem atravessado tantos anos juntos.

Sem esconder uma ponta de saudosismo, o casal não sabe precisar uma receita de felicidade. Mas no final sintetiza toda sua experiência em três dicas. “Precisa resignação para seguir lutando junto”, diz Rosaria. “Precisa gostar”, emenda Renato. E, no recado final, os Adorno são unânimes: casamento requer muita paciência. “Se a gente tem essa virtude, o resto é fácil”, afirma Lina. “É que o tempo apaga as bobagens, as coisinhas bobas.”

A subnutrição ainda atinge 13% das famílias de SP

NÉLSON BLECHER

Da nossa equipe de reportagem

São Paulo cresceu. Mas o surto de desenvolvimento econômico não foi acompanhado, nem de longe, pela evolução dos padrões alimentares de 13% das famílias paulistas. Tanto que nos últimos vinte e dois anos, continua inalterado o contingente da população que diariamente consome abaixo de 2.400 calorias e 52,6 gramas de proteínas, o patamar mínimo recomendado para as condições brasileiras pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A revelação foi feita à Folha pelo professor Antônio Carlos Coelho Campino, 42, diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e um dos autores de detalhado estudo sobre a evolução nutricional no município de São Paulo, entre 1972 e 82. Baseado nas pesquisas de orçamentos familiares, o levantamento considera a quantidade de alimentos adquiridas, que para efeito de análise são convertidos em calorias e proteínas. "Embora, no período estudado, tenha havido um aumento pouco significativo, de 5%, a compra de calorias pelas famílias até 2,5 salários-mínimos de renda total ficou abaixo do padrão mínimo recomendado pela FAO. Neste segmento de renda, o valor mais alto detectado situa-se aproximadamente 10% abaixo desse patamar", relata o professor Campino. Somente a partir da faixa de três salários mínimos foi observado um aumento de calorias compradas, acima do recomendação média da FAO. "Contudo", explica ele, "entre 1972 e 82 houve uma tendência de declínio na quantidade consumida". Da mesma forma, em relação às proteínas, houve uma redução de gramas ingeridas invariavelmente por pessoas de todas as faixas de renda (até 20 salários-mínimos). Também neste caso as famílias com rendimentos inferiores a 2,5 salários mínimos estavam abaixo do patamar fixado pela FAO, de acordo com o padrão adaptado para as condições brasileiras, pela professora Inês Salas Martins, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da Universidade de São Paulo.

Comparação com FGV

Ao cotejar esses dados com o estudo sobre consumo de alimentos realizado pela Fundação Getúlio Vargas, no início dos anos 60, o professor Campino observou não ter havido "alteração significativa da situação". Ele explica: "Na amostra da Fundação Getúlio Vargas o número de famílias urbanas com deficiência nutricional correspondia a 16% dos núcleos paulistas. Decorridas duas décadas até o estudo da Fipe há indicações muito fortes de que a magnitude do problema permanece. A diferença de três por cento, no caso, entre os dois levantamentos, é irrelevante devendo ser atribuída às metodologias empregadas, e à possi-

Como os gastos em alimentação mudaram para o paulistano (Variações em %)

	1971-72	1981-82
1. Alimentação no Domicílio	92,46	86,81
1.1. Semi-Elaborados	39,02	34,43
1.1.1. Carnes (vaca, porco, aves, peixe)	19,03	17,33
1.1.2. Cereais (inclusive feijão)	14,27	10,16
1.1.3. Leite	5,72	6,91
1.2. Industrializados	32,75	35,81
1.2.1. Panificados	6,96	5,20
1.2.2. Açúcar e Café	6,27	6,69
1.2.3. Óleos	5,03	3,72
1.2.4. Derivado de Leite	4,52	6,05
1.2.5. Doces e Bolachas	1,65	3,74
1.2.6. Condimentos	1,24	2,28
1.3. In Natura	20,69	16,56
1.3.1. Frutas	7,42	6,80
1.3.2. Legumes	4,34	2,92
2. Alimentação Fora do Domicílio	7,54	13,19
2.1. Refeição (inclusive vale refeição)	4,97	6,21
2.2 Lanches	2,57	6,98
Total do Item Alimentação (1 + 2)	100,00	100,00
Total do Item Alimentação (1 + 2) com % da Renda	43,53	37,67

Fonte: Porcentagens calculadas pelos autores, a partir de dados básicos constantes do estudo de ENDO, S.K. e CARMO, II.C.E. (1984) em fase de publicação.

Donas-de-casa fazem malabarismos

"Não jogo mais nada fora. Com uma colher de arroz e sobras de dois, três legumes, você faz uns bolinhos para as crianças comerem. (...) Até casca de batata eu aproveito: descasco as batatas, lavo bem as cascas, tempero bem temperadinho, passo na farinha e frito".

O depoimento é de uma das 300 donas-de-casa entrevistadas pela agência de publicidade Standart. Ogilvy e Mather, que traçou um perfil do "consumidor dos anos de crise". A pesquisa mostra que para se defender do custo de vida, as mulheres dos diferentes faixas da classe-média "inflacionaram suas habilidades domésticas". Entre outros procedimentos da nova estratégia, aproveitam os alimentos da melhor forma, passam a substituir produtos caros por outros mais baratos, compram menos quantidade e restringem a variedade. "O alvo

principal é diminuir os gastos com carne, seja substituindo-a por frango, peixe, legumes ou ovos, seja comprando carne de segunda e fazendo bolinhos e croquetes", comenta o relatório da Standart.

Enquanto 17% da classe média-alta queixou-se de que a qualidade da alimentação piorou pouco entre 1983 e 84, o número praticamente duplica na classe média-média. Na classe média-alta, "76% dos entrevistados disse que a qualidade da alimentação ficou a mesma coisa", mas esse número cai para 53% e 49%, respectivamente, nas classes média-média e média-baixa. Uma das receitas para enfrentar a situação, foi expressa pela testemunho de uma entrevistada situada no segmento de classe média-baixa: "Aproveito sobras, faço bolinhos de arroz, panquecas; aproveito tudo".

bilidade de ter havido flutuação amostral.

Para o diretor da Fipe, o déficit de calorias —registrado na maior parte das pesquisas especializadas realizadas ao longo dos anos no Brasil, inclusive no Estudo Nacional de Despesa Familiar, do IBGE— pre-

domina nas zonas urbanas e é sempre mais crítico nas metrópoles. "Nesse sentido", lembra ele, "é importante destacar que São Paulo representa uma situação média prevalente no caso brasileiro. As deficiências nutricionais nas áreas metropolitanas do Nordeste são ainda mais acentuadas, e inferiores na

região Sul". Tanto a desnutrição quanto o padrão alimentar insuficiente, afirma Campino, são características estruturais da economia brasileira e foram retratados pelo professor Josué de Castro em suas pesquisas na década de 30, em Recife, "refletindo um quadro próximo das famílias paulistas de baixa renda, conforme observamos em 1982". Por outro lado, raciocina, como o produto "per capita" diminuiu no período subsequente à pesquisa, "tudo leva a crer que em termos nutricionais a tendência de deterioração nesta faixa de salários deve ter se agravado".

Renda insuficiente

O estudo revela ainda que o crescimento de 11,4% na renda média da população, no período pesquisado, "foi insuficiente para assegurar padrão alimentar condizente com as taxas de crescimento econômico no período" conforme explica Campino. Entre 1972 e 82 os gastos com transporte no orçamento doméstico das famílias cresceram na proporção de 6,8% para 10,4%. Devido à elevação dos preços dos combustíveis, explica o diretor da Fipe, houve mudanças flagrantes nos hábitos dos paulistas: o dispêndio com lanches fora do domicílio quase triplicou. "A maior parte dos famílias, em razão dos preços crescentes de determinados alimentos passou a abastecer-se com sucedâneos, ou seja, produtos ricos em calorias e proteínas, mas de menor custo unitário". Em contraste com a queda do consumo de pães e cereais, carne, óleos e gorduras, houve incremento significativo de geleias, balas, condimentos, conservantes e enlatados (a proporção de dispêndio com alimentos desse tipo elevou-se de 3,6% para 5,2%). Um exemplo marcante na direção de calorias baratas foi o aparecimento de pinga na cesta básica da população de baixa renda, o que explica, em parte, o aumento da participação relativa de bebidas, que saltou de 3% em 1972 para 9% dez anos depois.

Os pesquisadores preocuparam-se também em saber de que forma as famílias das diversas faixas de renda distribuíam seus gastos em alimentação. E constataram, com alguma surpresa, que na classe mais baixa —de até 1,25 salário mínimo— predominavam produtos industrializados, responsáveis por 54% das despesas para esse fim, vindo em seguida semi-elaborados, como arroz e feijão (35%) e produtos "in natura" (6%), a exemplo de vegetais, legumes e frutas. Segundo a professora Maria Cristina Cacciamali, 36, "a pesquisa serviu para desmistificar a idéia de que alimentos naturais estão associados aos pobres, enquanto os ricos consomem produtos industrializados". Apesar deste último tipo estar fortemente presente no cardápio de todas as faixas pesquisadas, são as famílias de renda mais alta (acima de 20 mínimos) que mais consomem naturais (15%).



HOSPITAL COMPROVA SUBNUTRIÇÃO

Esta criança estava internada no último dia 18 de abril no Hospital São Marcos, o único do município de Ferraz de Vasconcelos, localizado na Grande São Paulo. Segundo a médica Nádia Abdalla, chefe da Pediatria do hospital, casos de desnutrição como

este não são raros na região. E, conforme análise clínica realizada naquele dia, a pequena paciente e uma outra em situação semelhante já estavam "bem melhores do que quando chegaram".

Creche polo: mãe domiciliar X creche direta

O problema não é novo. Há muito a questão creche vem sendo discutida por políticos, associações de bairro, igreja e, principalmente, pela mulher da periferia, que se tornou, por contingência econômica, e na mesma proporção em que o problema vem sendo debatido, parte cada vez mais ativa no mercado de trabalho. A cada ano, a percentagem da mão-de-obra feminina assalariada, seja em fábricas ou em estabelecimentos comerciais, aumenta assustadoramente, e com isso cresce o número de crianças que necessitam de cuidados fora do lar.

À frente de toda polêmica que o problema creche suscita, outro dado incontestável: só a cidade de São Paulo possui, de acordo com estimativas da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social-Fabes, na faixa de carência (0 a 3 salários mínimos), cerca de 400 mil crianças, entre 0 e 4 anos e 11 meses de idade, sendo que somente 51.713 são atendidas por creches, da própria prefeitura ou conveniadas.

De acordo com Remi Denardi, responsável pela Coordenação Central do Menor da Fabes, existem atualmente em funcionamento 206 creches diretas. Calcula-se que existam, para essas 206 unidades, cerca de 200 a 300 crianças aguardando uma vaga.

Diante de situação tão difícil e de inúmeras reivindicações, a Fabes, através do setor técnico do menor, procurou encontrar idéias alternativas para o problema. E uma idéia que tem gerado muita discussão, talvez pelo fato de já estar implantada em algumas regiões, é o projeto da Creche Polo.



Iraci Pereira Gonçalves: "Uma correria, mas, no fim, a gente acaba dando um jeitinho".

Em Vila Kalu, não faltaram mães dispostas a participar do Projeto Creche Polo. Iraci Pereira Gonçalves, 28 anos, dois filhos, de 6 e 3 anos, é uma delas. Tem sob seus cuidados seis crianças. Ela diz que no início achava que as preocupações iriam ser bem maiores, mas agora se sente mais segura e tranquila. "É claro", explica Iraci, "que exige um pouco de luta, de sacrifício. Como na hora do banho; é uma correria, uma loucura cuidar dos seis. Mas, no fim, a gente

acaba dando um jeitinho."

Iraci considera muito baixo o salário pago à mãe domiciliar. Segundo ela, a ajuda de custo é suficiente apenas para cobrir os gastos extras de água, luz e gás. Marta Cristina Lima Lopes, 22 anos, uma filha, cuida de cinco crianças. Concorde com Iraci quanto ao aspecto de que as preocupações não estão sendo tantas, como esperava.

Ela acredita que teve bastante sorte com as crianças que estão sob sua guarda. "São uma mara-

vilha", diz ela, "não dão o mínimo trabalho, os pais cumprem o horário, e até agora não tive problema de nenhuma ficar doente nas minhas mãos". Marta considera o salário bom e explica por que: "Se a gente for tomar conta da criança sem a remuneração da creche poderia ganhar mais, mas a responsabilidade seria bem maior. Além disso, recebemos a alimentação que muitos pais não podem dar para suas crianças". Já no Jardim Miriam as mães entrevistadas expõem uma série



Marta Lima Lopes: "Até agora, não tive problema de nenhuma ficar doente em minhas mãos".

de motivos pelos quais não aceitaram o projeto Creche Polo. Maria Auxiliadora de Oliveira Martins, 35 anos, cinco filhos, três na creche, diz que é impossível para a mulher de periferia concordar com esse projeto. "Se a gente pôde as crianças na creche", argumenta, "é porque precisa, e também porque sabe que lá elas estão sendo bem cuidadas. Assim, a gente vai trabalhar sem preocupação. Agora, uma mãe crecheira precisaria ter necessariamente espaço, a mini-

ma estrutura, coisa que nós aqui da periferia não temos de jeito nenhum". Continuando, Maria Auxiliadora cita o seu próprio exemplo: "Eu moro numa casa pequena, não tenho telefone, não tenho meios de me comunicar rapidamente em caso de alguma urgência. Não tenho nada disso e muito menos condições de dar qualquer atividade necessária para essas crianças". Francisca Amaro, 39 anos, dois filhos, um na creche, tam-

bém é terminantemente contra, principalmente porque julga que é impossível uma mãe sozinha cuidar bem de oito crianças e ao mesmo tempo cuidar das tarefas de casa. Outro questionamento levantado por Francisca: "A mãe crecheira vai receber alimento, por exemplo, para seis crianças, mas ela tem a família dela também para alimentar, então pode ocorrer que ela dê para os dela e não aos outros".

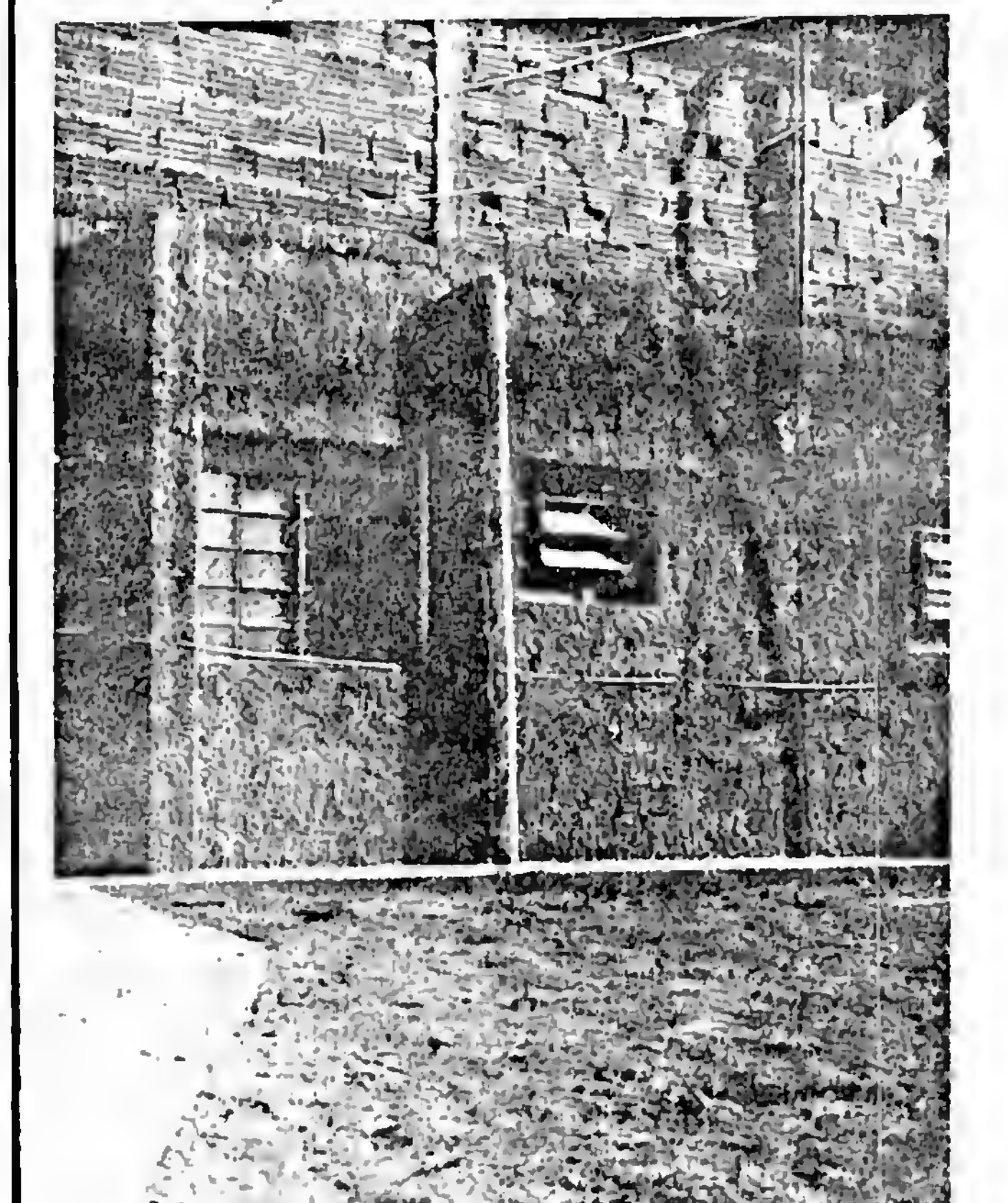
população, vimos que a creche polo seria uma solução adequada".

De acordo com Dias, a falta de organização no bairro não permitiu uma ampla discussão da questão junto à população. "Inicialmente, entramos em contato com a Sociedade Amigos de Bairro, informamos a eles sobre o projeto, ouvimos o seu parecer, mas a questão já estava fechada."

Telma Fuzetti Morano, auxiliar de direção, também envolvida com o projeto desde o começo, esclarece, no entanto, que foram estabelecidos critérios bastante rígidos para a seleção das mães. "Andamos pelo bairro procurando condições razoáveis dentro das casas, pegamos informações dessas mães, batemos um papo e procuramos sentir se havia uma estabilidade familiar na casa, estabilidade emocional e interesse no trabalho com a criança."

Além desses critérios, alguns outros também foram levados em conta, como a mãe com dois filhos no máximo em idade de creche, que estivesse na faixa média dos 40 anos e mães com filhos na faixa dos 15 anos, que poderiam eventualmente auxiliar no trabalho de casa ou com as próprias crianças. Depois de selecionadas, as mães passaram por uma semana de treinamento, sendo um dia na creche, exercendo a função de pajem.

Na ocasião em que a reportagem foi feita, o projeto estava implantado somente há 20 dias e, segundo Dias, aguardava-se o primeiro mês para



Casa de Iraci, que tem sob os seus cuidados seis crianças.

Mais conhecido como Mãe Crecheira, o projeto estabelece a criação de creches satélites, que funcionarão em domicílios de mães que se propõem a atender de seis a oito crianças, na faixa de 2 a 4 anos e 11 meses de idade.

"A idéia não é nova", diz Remi Denardi. "Existem várias experiências na Europa, mais precisamente na Inglaterra e França, e em algumas cidades brasileiras, como Porto Alegre, onde são chamadas lareiras vicinais, Fortaleza, Brasília e Florianópolis."

De acordo com Remi, o projeto priorizará o atendimento às crianças que estão esperando uma vaga nas creches diretas. Quanto à responsabilidade é competência da direção da creche polo e equipe técnica, que convocam as mães, informam, dão as condições e selecionam.

"Para que essas mães sejam selecionadas, é ne-

cessário que preencham alguns quesitos básicos", diz Remi. "Por exemplo, que morem, no máximo, a um quilômetro de distância da creche polo; que possuam o mínimo de infraestrutura em suas casas, como geladeira, fogão e chuveiro elétrico. Outros dois critérios importantes também são levados em conta para a seleção: controle emocional e alguns princípios educacionais."

Uma vez escolhida a mãe domiciliar, ela terá a incumbência de preparar cinco refeições diárias (o alimento é distribuído semanalmente via creche polo), de dar um banho por dia na criança e programar algumas atividades.

Remi reconhece que, sob o ponto de vista educacional, será precário o atendimento, na medida em que é inviável a essas mães fornecerem uma programação psicopedagógica. Mas ele sa-

lienta que em se tratando de crianças em situação de emergência, subnutridas, a guarda e a alimentação são primordiais.

Diante da crítica que o projeto vem recebendo, de que existe uma exploração da mãe domiciliar (ela receberá um salário mínimo e uma ajuda de custo para as despesas de água, luz e gás), o representante da Fabes rebate com o argumento de que a mãe recebe a alimentação para ela e para seus filhos também, e que, além de ter as despesas pagas, são fornecidos toalhas de banho, cobertores, colchonetes, pratos e talheres.

Remi afirma ainda que existem muitos problemas na própria creche direta, e somente com a manutenção desta o problema do menor não será solucionado tão cedo. A Fabes pretende implantar, até dezembro, 20 creches polo, que montarão, no mínimo, dez satélites cada uma,

o que perfaz um total de 140 mães atendendo em regime domiciliar.

Projeto Implantado

Em Campo Limpo, quase na divisa com Itapeerica da Serra, localiza-se a Creche Municipal de Vila Kalu, uma das pioneiras na implantação do projeto.

José Dias, diretor da creche há dois anos, explica por que foi viável a implantação do projeto na região: "Atendemos 43 crianças e estamos capacitados apenas para 36. Há uma proposta de ampliação, mas mesmo assim a demanda seria superior ao número de crianças atendidas. Partindo desse quadro, tanto da creche como da



Remi Denardi, da Fabes: "Somente com a creche direta o problema do menor não será solucionado tão cedo".



Francisca Amaro: "É impossível para uma mãe sozinha cuidar bem de oito crianças e ao mesmo tempo dar conta das tarefas da casa".

se sistematizar um trabalho pedagógico junto às crianças, através dos professores da creche polo.

Com a ampliação da creche de Vila Kalu, que será feita em breve, haverá possibilidade de se atender 140 crianças, mas mesmo assim, de acordo com dados da demanda, a fila de espera continuará grande. "A luta continua por creches diretas, mas o que fazer com as crianças que não estão entre essas 140", conclui Dias.

Jardim Miriam: projeto não implantado

Ao contrário da creche de Vila Kalu, onde muitas mães se interessaram pelo projeto, na Creche do Jardim Miriam, que atende 112 crianças em período integral e com uma demanda de 300 na fila de espera, de quase 70 mães ouvidas pela direção, apenas uma se manifestou favoravelmente.

O processo de mobilização dentro da creche do Jardim Miriam também foi diferente, como relata Marialice Rangel Perroud, auxiliar de direção: "Numa primeira reunião com a Fabes regional, foi passado para a direção o projeto juntamente com um roteiro de procedimentos, onde constavam reuniões com a demanda, pesquisas nos locais, mães disponíveis e seleção. A posição da Fabes naquele momento obrigava a todos a assumir o projeto. Houve muita mobilização, debates e pressões e aí aconteceu uma pequena mudança de posição: continuava obrigatório que pelo menos uma creche na região implantasse o sistema."

Marialice enfatiza que as duas reuniões mantidas entre funcionários e mães para tratar do assunto creche polo sempre foram cheias de dúvidas e questionamentos. Muitos pontos foram levantados: como seria feita a triagem, o que faria uma mãe domiciliar em caso de acidente, quando se precisasse de socorro imediato, quem se responsabilizaria, o tratamento dispensado à criança, como esta mãe faria para viabilizar tantas tarefas: cozinhar, dar atividades e manter a higiene de seis, oito crianças, como ter controle se a mãe domiciliar dá a alimentação, se não

maltrata a criança. As mães presentes à reunião levantaram por fim a questão do salário: muitas cuidam normalmente de crianças de sua vizinhança e cobram de Cr\$ 60 a Cr\$ 70 mil: Elas constataram que seria mais vantajoso continuar nesse sistema.

De acordo com Marialice foi feita ainda uma segunda reunião, desta vez com a fila de espera, e a reação foi a mesma: "Começamos perguntando quem já deixava a criança com alguma vizinha, ou pessoa próxima, para ir trabalhar. As mães, então, começaram a contar suas experiências, que, por sinal, não eram nada boas. Segundo elas, algumas mulheres chegavam até a deixar as crianças trancadas em casa, enquanto saíam. Todas colocaram ainda a questão do salário, e também neste ponto a mesma reação da primeira reunião: se pegassem por fora, ganhariam muito mais."

Para Marialice outros argumentos merecem ser levados em conta. Segundo ela, as mães que têm certa infra-estrutura, como um certo nível de educação, uma casa razoável, não se subordinariam a ganhar o salário mínimo para exercer uma função que requer tamanha responsabilidade. "As mães dispostas a trabalhar nesse projeto estariam provavelmente num nível de bastante miserabilidade, pois até uma diarista ganha mais que isso na casa em que trabalha", argumenta. Outro aspecto que a auxiliar de direção coloca é se a mãe domiciliar fica doente, onde ficariam "suas" crianças em uma situação de emergência?

"O que a Prefeitura vai gastar para a implantação do projeto poderia ser usado para ampliar creches e contratar funcionários", garante Marialice. Ela entende que, pelo mesmo custo, se poderia contratar mais duas pajens, que teriam possibilidade de cuidar de 16 crianças, em duas turmas. "Na creche direta a pajem tem como função ficar com a criança, não precisa dividir as tarefas, pois aqui temos a servicial que cuida da limpeza, a cozinheira, enfim toda uma infra-estrutura que visa principalmente manter o bem-estar da criança."

"Ouvimos sempre que o projeto de Creche Polo é uma experiência que pode ser mantida ou não, mas criança não é tubo de ensaio para experimentação, é um ser humano que tem que ser levado em conta", concluiu Marialice.

Assfables questiona projeto

A Associação dos Servidores da FABES divulgou recentemente um documento onde coloca uma série de dúvidas a respeito da validade do Projeto Creche Polo e convoca seus associados para discutirem mais detalhadamente o assunto. O documento inicia com uma pequena descrição da creche polo e depois afirma que o atual objetivo da secretaria é contribuir para a formação do Homem crítico, criativo e independente.

"Em que medida essas mães crecheiras, cada qual em sua casa, sem a supervisão técnica direta das Equipes ou do quadro de direção da creche, estará garantindo a realização dos objetivos educacionais do Programa Menor?", perguntou o documento.

Depois disso a Assfables faz uma série de perguntas e levanta várias dúvidas sobre a natureza do projeto e os interesses que ele representaria. Por fim, a associação convoca seus associados para outras discussões sobre o assunto.

Se a Assfables levanta dúvidas, o Movimento de Luta por Creche, por sua vez, repudia totalmente esse sistema de atendimento à criança por considerá-lo injusto e desumano. Num carta aberta à população e às autoridades de São Paulo, o movimento afirma que, entre outros malefícios, a mãe crecheira fica excluída dos benefícios trabalhistas, o atendimento à criança seria dado em condições mais precárias, a crecheira terá o acúmulo de trabalho de cuidar das crianças e da casa, não teria formação profissional adequada, estaria isolada das outras crecheiras e estaria submetida a condições de trabalho desgastantes.

A carta aberta do Movimento de Luta por Creche reivindica a construção de creches públicas e gratuitas nos locais de moradia e trabalho com a participação dos pais na orientação pedagógica como a única solução real para o problema da criança cuja mãe precisa trabalhar. No mesmo documento, o movimento denuncia as manobras da Prefeitura para afastar a organização popular das possibilidades de intervir na solução dos problemas da população e concluiu afirmando que a mãe crecheira ou creche polo significa o prolongamento da miséria em que as crianças sobrevivem, além da exploração da mulher.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *Folha de São Paulo*
Data *14/08/85*
Pág. *1*

Pasta n.º
N.º do recorte.....

CRECHE SÃO GENARO INICIA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

P/CP 14/8/85

A Creche São Genaro distribui alimentos ao Jardim Suave. Fazendo jus a sua meta, que é a caridade ao ser humano carente, a Creche ainda em construção na Granja Viana, iniciou a distribuição de alimentos aos necessitados.

Plano de creches vai aplicar Cr\$ 1 trilhão

EST 28/8/85
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney lança hoje, às 15 horas, um amplo programa de desenvolvimento social, destinando Cr\$ 1,093 trilhão ao plano de creches-casulos da LBA, o que praticamente duplicará o número de crianças atendidas a partir do próximo ano, especialmente as do Nordeste.

O programa conjunto LBA-Unicef incluirá também projetos de vacinação, terapia de reidratação, complementação alimentar, incentivo ao aleitamento materno e planos destinados a aumentar a resistência das crianças às doenças. Na ocasião, Sarney assinará também decreto criando o Conselho de Administração da LBA, presidido por sua mulher, Marly.

O orçamento atual da LBA é de Cr\$ 500 bilhões e, com os recursos aprovados hoje pelo presidente, essa verba irá para Cr\$ 1,593 trilhão. Na sua rede de creches-casulo, a LBA atende atualmente 1,015 milhão de crianças em idade pré-escolar, mas,

com os novos recursos, esse número dobrará para 2,032 milhões. Terão prioridade as regiões abrangidas pela ação da Sudene — Nordeste e Norte de Minas. Nas creches-casulo, as crianças até seis anos passam oito horas por dia e recebem quatro refeições, além de contarem com assistência médica e dentária.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal:

Data:

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Creches fantasmas na cidade

Das 53 creches com as quais centenas de empresas do Município de São Paulo mantêm convênio para o atendimento das funcionárias com filhos no período de amamentação, apenas 15, "com muito otimismo", podem funcionar; 34 não estão aptas a esse serviço e quatro não existem. A denúncia é da Delegacia Regional do Trabalho, que nos últimos 30 dias fez um levantamento, constatando a existência das "creches fantasmas".

Ontem, ao reunir a imprensa para fazer a denúncia, o delegado José Carlos Stein, no cargo há 90 dias, revelou: "Desde 1969, quando foi baixada a portaria regulamentando a lei que obriga as empresas a manterem

local apropriado para a guarda dos filhos de empregadas, a mulher trabalhadora vem sendo lesada". O levantamento feito pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da DRT começou por acaso. "Eu estava em uma indústria multinacional atendendo a um outro caso quando resolvi perguntar sobre a creche. Como não havia, perguntei sobre o convênio que a firma mantinha para atender as funcionárias, e me deram o nome da Creche São Vicente de Paula", conta o delegado. Chegando ao endereço indicado, — rua Conde Prates, 848 — foi constatado que ali não funciona creche alguma. Trata-se apenas de um velho casarão.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *O Est. SP*
Data: *08/11/85*
Pág.

Parte n.º

N.º do recorte

Creche: decisão é não trabalhar sem o acordo

As funcionárias de creche da prefeitura decidiram ontem à tarde decretar greve por tempo indeterminado, depois de nada conseguirem no Ibirapuera, em encontro mantido com o secretário dos Negócios Extraordinários, Iberê Bandeira de Melo. Iberê disse aos funcionários que a reivindicação da categoria somente poderá ser examinada pela próxima administração. Hoje as funcionárias de creches vão convidar os pais das crianças para reuniões, onde vão apresentar a reivindicação que está sendo feita ao prefeito de melhoria salarial e pedir a eles o apoio para a sua luta.

Pelo menos 50% das 250 creches municipais paralisaram suas atividades ontem, segundo balanço feito pela própria Secretaria da Família e

Bem-Estar Social. O comando de greve, entretanto, apresentou números diferentes. Enquanto a Secretaria informava que das 250 creches 117 estão totalmente paralisadas e seis parcialmente, o comando alegou que a paralisação havia atingido totalmente 130 creches e parcialmente outras 20.

A paralisação de 50% das creches municipais deixou sem atendimento, ontem, pelo menos, 12.500 crianças. Essas crianças continuarão sem atendimento hoje e enquanto perdurar o movimento. Walter Takemoto, presidente da Associação de Funcionários da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, garantiu que, enquanto o prefeito não atender a reivindicação, as funcionárias não retornarão ao serviço.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *OP. FALTA*Data: *08/11/85*Pág. *—*Pasta n.º *—*N.º do recorte *—*

E as creches vão continuar fechadas

As funcionárias das creches da prefeitura decidiram ontem à tarde decretar greve por tempo indeterminado, depois de um inútil encontro com o secretário dos Negócios Extraordinários, Iberê Bandeira de Melo. Iberê disse aos funcionários que a reivindicação — mudança da referência 9-A para 13-A — somente poderá ser examinada pela próxima administração. Hoje, as funcionárias vão convidar os pais das crianças para reuniões, onde vão pedir apoio e apresentar a reivindicação de melhoria sala-

rial que está sendo feita ao prefeito. *J. tarde 8/11/85*

Pelo menos 50% das 250 creches municipais paralisaram suas atividades ontem, segundo balanço feito pela própria Secretaria da Família e Bem-Estar Social. O comando de greve, entretanto, apresentou números diferentes. Enquanto a secretaria informava que, das 250 creches, 117 estão totalmente paradas, e seis parcialmente, o comando alegou que a paralisação havia atingido totalmente 130 creches e parcialmente 20.

As funcionárias das creches — pajens, auxiliares e assistentes de diretoras — se concentraram logo cedo na porta da secretaria, na rua Pedro de Toledo, reivindicando a passagem da referência 9-A para 13-A no quadro geral do funcionalismo.

Uma comissão foi recebida pelo chefe de gabinete, José Carlos Barreto. Depois, seguiram em passeata ao gabinete do prefeito.

Na próxima segunda-feira, os grevistas irão concentrar-se na praça da Sé, às 14 horas

A paralisação mantém-se nas creches da prefeitura

Pelo menos 50% das creches municipais continuaram paralisadas no dia de ontem, no segundo dia de greve das funcionárias do setor. Mas, segundo o chefe de gabinete da Secretaria da Família e Bem Estar Social, José Carlos Barreto, "houve uma pequena regressão" em relação ao movimento. Das 117 creches que se encontravam paralisadas na última quinta-feira, nove voltaram a funcionar normalmente. Ontem, deixaram portanto de funcionar, totalmente, 108 creches e oito funcionaram parcialmente. A secretária da Família e Bem Estar Social, Marta Teresinha Godinho, que um dia antes da paralisação havia garantido o atendimento de todas as 25 mil crianças na rede de creches, disse ontem acreditar que, tendo em vista não haver mais nenhuma perspectiva de acordo, "o movimento se dilua e perca sua força no decorrer dos dias, principalmente porque afeta a população".

Já o prefeito Mário Covas admitiu que não há possibilidade de garantir o atendimento, inclusive no que diz respeito à alimentação. "Quem faz o atendimento nessas creches são as pajens", disse Covas. "E na medida em que elas faltam ao trabalho não tenho cor o garantir isso. Não posso substituir de três a quatro mil pajens da noite para o dia". Ao ser indagado se a reivindicação é justa, Covas declarou:

"Não sei se ela é justa ou injusta. Não me parece muito lógica, porque elas já têm seis horas e meia de trabalho por dia, que aliás foi uma conquista delas no governo anterior, discriminando as pajens em relação às outras categorias, no meu entender. Não há de ser nesse instante em que se faz uma negociação global com o funcionalismo, que terá aumento em janeiro, que se negociará ou se examinará uma reivindicação específica, colocada nestes termos." A exem-

plo do que declarou para os funcionários da Prodam em greve, o prefeito Mário Covas disse que os funcionários de creches em greve terão como punição o não pagamento dos dias parados. E, a partir daí, serão aplicadas outras sanções previstas no estatuto do funcionalismo público municipal.

Ontem, desde a manhã, centenas de funcionárias de creches concentraram-se em frente ao gabinete do prefeito, onde fizeram uma manifestação. Elas insistem na reivindicação: querem passar da referência 9 A para 13 A, no quadro geral do funcionalismo o que lhes dará um acréscimo salarial da ordem de Cr\$ 200 mil. Mas o prefeito Mário Covas foi taxativo: não lhes concederá o benefício. Somente a próxima administração, a ser eleita em 15 de novembro próximo, poderá solucionar o problema. O argumento de Covas: não quer deixar nenhum ônus político ou econômico para seu sucessor.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *DA TARDE*Data: *19/11/85*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

J. F. de ^{19/11/85} **Essas creches só existem no papel**

A maioria das empresas de São Paulo firmou convênios com creches particulares apenas para cumprir a lei. Na realidade, grande parte dessas creches não existe, ou então não tem as mínimas condições de funcionar", denunciou ontem o Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, José Carlos Stein, em visita aos jornais *O Estado* e *JT*.

Segundo ele, é importante que se torne público o descaso com que as empresas estão cumprindo a legislação e a própria omissão dos sindicatos dos trabalhadores e de entidades ligadas à defesa dos interesses da mulher.

Para José Carlos Stein, é inconcebível que, num Estado com cerca de cinco mil empresas que têm mais de 30 funcionários (número mínimo que a lei determina para a obrigatoriedade da existência de uma creche interna ou de um convênio), apenas 38 tenham se preocupado em criar os seus próprios berçários.

— Na fiscalização, constatamos que, das 53 creches credenciadas aqui na cidade, quatro eram fantasmas e que uma delas, apesar de possuir apenas 600 leitos (dos quais 200 com condições de ocupação imediata), havia celebrado contratos de 6.700 leitos. Outras não tinham condições de higiene e algumas encontravam-se a vários quilômetros das empresas conveniadas. Como resultado, 38 foram consideradas inadequadas, sendo cancelados mais de 80% dos convênios já registrados.

Foram tantas as irregularidades constatadas que ele resolveu, acompanhado pelo

dr. Sérgio Orion de Souza, médico do trabalho da mesma delegacia, visitar o berçário de *O Estado*, tido como padrão em eficiência. "Apenas para constatar como um empreendimento dessa natureza pode dar bons resultados quando posto em prática."

Para o dr. Sérgio, é muito importante o aleitamento materno para a diminuição do índice de mortalidade infantil, que no Brasil chega a 70 óbitos para cada mil crianças nascidas, devido principalmente à desidratação ou doenças pulmonares.

O delegado regional do Trabalho, no entanto, reconhece que numa cidade como São Paulo, com quase três mil empresas que se enquadram dentro da lei, a existência de apenas 15 creches categorizadas é um número insuficiente para atendê-las. Segundo ele, as soluções estariam na criação de creches comunitárias nos grandes aglomerados empresariais e também na hipótese de a mãe ser dispensada do trabalho durante os seis meses de aleitamento.

— Estou consciente de que a DRT não conseguirá resolver sozinha esse problema — afirmou. — Por enquanto cumprimos o nosso papel, fiscalizando e punindo os infratores da seguinte maneira: se não regularizarem a situação em dez dias, sofrerão multa de 20 valores de referência, que será dobrada a cada período de dez dias, enquanto continuarem em irregularidade. Porém, acho que a melhor solução está na união de entidades como a Fiesp e a Federação do Comércio, dos sindicatos e de órgãos que protegem a mulher, como o Conselho Estadual da Condição Feminina.

Pajens mantêm 56 creches paralisadas

As pajens da Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social — Fabes — reúnem-se em assembléia hoje, às 14 horas, na Câmara Municipal, para decidir o futuro da greve nas creches da Capital. As adesões ao movimento caíram nesses 13 dias de paralisação, mas 56 creches permaneciam fechadas, ontem, e 31 funcionavam apenas parcialmente, tornando caótico o atendimento em vários bairros periféricos.

A greve chegou a paralisar 77 das 198 creches com pajens da Capital, no período pré-eleitoral, enquanto outras 45 funcionavam apenas com os serviços dos funcionários operacionais, responsáveis pela limpeza, lavanderia e cozinha. Ao todo, são 221 creches espalhadas pela cidade, sendo que 23 delas não empregam pajens e sim auxiliares de desenvolvimento infantil — uma nova categoria criada pela atual administração há cerca de um ano, com o objetivo de “melhorar o nível de atendimento”.

Os auxiliares precisam ter, no mínimo, o curso ginásial e ganham um salário de Cr\$ 811 mil, enquanto as pajens que são cerca de cinco mil, só necessitam do curso primário e recebem um salário de Cr\$ 690 mil. A reivindicação das grevistas é exatamente a equiparação salarial com os auxiliares. E a alegação é de que as tarefas são as mesmas para as duas categorias.

A secretária da Família e Bem Estar Social, Marta Godinho, voltou a criticar os grevistas, ontem, afirmando que o movimento é “puramente político, decidido em hora errada, com o objetivo de prejudicar o PMDB, nas eleições da última sexta-feira”. Ela acredita que a greve será esvaziada a partir de hoje, “por não ter mais razão de ser”. Segundo Marta Godinho, “a reivindicação das pajens é justa, pois elas ganham menos que um zelador ou uma cozinheira, mas houve irresponsabilidade na escolha do momento de reivindicar, uma vez que o prefeito Mário Covas já havia alertado para a impossibilidade de atender qualquer categoria no período pré-eleitoral”.

O presidente da Associação dos funcionários da Fabes, Walter Takemoto, defende-se dizendo que a reivindicação do aumento da referência salarial é de 1983, antes mesmo da criação dos auxiliares de Desenvolvimento Infantil. Uma comissão criada pela própria Fabes concordou com o aumento, no final de 84, “mas ao invés do reajuste o que houve foi a criação de uma nova categoria que discrimina as pajens”, diz Takemoto. Os grevistas aguardam a manifestação do secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura, Iberê Bandeira de Mello, com quem se reuniram na última quinta-feira, recebendo a promessa de que a reivindicação seria estudada por uma comissão.

Termina a greve nas *Est SP 21/11/85* creches. Sem acordo

As funcionárias das creches municipais, reunidas ontem em assembleia, na Câmara Municipal, decidiram retornar ao trabalho depois de 16 dias de paralisação, sem que tivessem sido atendidas em sua reivindicação. As funcionárias queriam mudar da referência 9 A para a 13 A no quadro geral do funcionalismo, o que significaria uma melhoria em média de Cr\$ 150 mil a Cr\$ 200 mil. O prefeito Mário Covas em nenhum momento se dispôs a negociar com as grevistas, alegando tratar-se de reivindicação específica e que não iria examiná-la no momento em que se preparava para participar de uma ampla negociação com todo o funcionalismo municipal.

No decorrer dos dias, a greve que se iniciou com 50% das creches paralisadas foi esvaziando-se. Ontem, segundo balanço do chefe de gabinete da Secretaria da Família e Bem Estar Social, José Carlos Barreto, das 218 creches municipais, 163 funcionaram normalmente. A greve atingiu totalmente 39 creches e parcialmente oito, o que significa um total de aproximadamente quatro mil crianças sem atendimento somente ontem. O chefe de gabinete da Secretaria, José Carlos Barreto, havia admitido anteriormente que a tendência era mesmo o esvaziamento do movimento, o que de fato acabou ocorrendo.

Uma Febem de roupa nova. Será que resolve?

Maria Teresa de Souza

Para o secretário da Promoção Social, Carlos Alfredo de Souza Queiroz, a Nova Febem será uma instituição capaz de educar e recuperar o menor infrator. E ele não vê dificuldades para um possível trabalho conjunto com o prefeito eleito Jânio Quadros.

A municipalização no atendimento ao menor, isto é, a transferência de verbas para os Municípios com o propósito de encarregá-los da assistência às crianças e adolescentes carentes do Estado de São Paulo, deverá intensificar-se em janeiro próximo. A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) caberá, unicamente, a atuação junto aos infratores. Segundo o secretário da Promoção Social, Carlos Alfredo de Souza Queiroz, isso significará, no próximo exercício, o repasse de Cr\$ 160 bilhões, que seriam destinados à Febem,

diretamente às entidades conveniadas. No orçamento atual da Secretaria - Cr\$ 285 bilhões - cerca de Cr\$ 165 bilhões correspondem à instituição, enquanto do valor estipulado para 1986 daquela Pasta - Cr\$ 1 trilhão - aproximadamente Cr\$ 160 bilhões caberão à Febem. Em entrevista ao Shopping/ City News-Jornal da Semana, Carlos Alfredo revela como esses planos serão colocados em prática e explica a postura da Secretaria diante das constantes fugas de menores da Febem.

— Como se vem processando a municipalização no atendimento ao menor e quando começará a ser implantada na Capital?

— Nós já desativamos sete unidades da Febem no Interior: Jacareí, Moji-Mirim, Lins, Águas de Santa Bárbara, Batatais, Guarujá e São Vicente. O atendimento está passando para as prefeituras, entidades assistenciais locais, estaduais e a própria Febem, que repassará os recursos, parte do pessoal e as instalações físicas para serem usadas comunitariamente. As crianças dessas regiões estão sendo desinternadas, à exceção dos abandonados de fato. Embora a Capital já tenha estruturadas todas as organizações, ainda estamos estudando os convênios. Queremos manter unidades nos municípios da Grande São Paulo e em algumas regiões. Serão provavelmente doze unidades, algumas para abandonados de fato. Os carentes serão desinternados.

— A desinternação que vem sendo empreendida pelo Instituto de Assuntos da Família - Iafam implica o pagamento de 1/3 de salário mínimo, em média por criança. Se a própria Secretaria reconhece que a Febem gasta, em média, três salários mínimos com cada menor interno, por que não repassar uma verba mais próxima desse valor para a família?

— É certo que esse valor nem sempre é uma ajuda substancial. Para aumentá-lo precisaríamos mudar a lei, que estabelece uma quantia entre metade e um quarto de salário-mínimo. O importante é que a criança que volta para a família deve ser encaminhada a um programa alternativo na comunidade, ter creche e alimentação. E não é o Governo do Estado o único responsável. Devem existir mecanismos previdenciários e de assistência pública para atendê-lo. O Iafam começou a atuar em setembro e já desinternou, ou evitou o internamento, 2.611 crianças.

— E como ficará o repasse de verbas para o município de São Paulo agora que foi eleito Jânio Quadros? Politicamente isso não poderia ser interpreta-

do como uma "colher de chá", ou seja, a Prefeitura recebe os recursos e fica com o saldo político?

— Nós não repassamos a verba para os municípios, mas para as entidades, via município. O Governo Montoro não criará dificuldades para o trabalho com Jânio Quadros, mesmo porque cerca de 132 prefeitos do Estado são de outros partidos e vêm atuando conjuntamente, sem problemas. Não discriminaremos a população mas, naturalmente, não vamos repassar recursos para São Paulo se a política adotada pelo novo prefeito contrariar a da Secretaria. Se, por exemplo, a sua administração for favorável à internação de crianças.

— Uma das críticas mais constantes contra a Febem refere-se à frequência das fugas de menores infratores das Unidades do Tatuapé, número estimado este ano em quase mil. O que vem sendo feito para coibi-las e por que não aparecem os resultados das sindicâncias abertas?

— As fugas agora estão sendo mais sintonizadas. Sempre existiram. Se pesquisarmos o problema dos menores com desvio de conduta veremos que em 1902 já ocorriam fugas. Isto requer um levantamento. Agora, devemos considerar que nos últimos anos a população cresceu muito, aumentou a fome e a forma de criminalidade modificou-se. Hoje, os menores são mais violentos e estão envolvidos com quadrilhas.

— Mas no dia da fuga de Naldinho não havia policiamento suficiente diante da Unidade do Tatuapé...

— Havia policiamento, porém, não aquele que gostaríamos que existisse. Considerando a imensa área da Febem, seriam necessários quase cem homens, em três turnos. Para isso, esse policiamento precisaria ser retirado de outras regiões onde é exigido pela população. No dia da fuga de Naldinho havia duas viaturas circulando, mas os muros do lado da Avenida Marginal são mais fáceis de ser transpostos e os menores sabem disso. Quanto às sindicâncias, a presidenta da instituição, Maria Inês Bierrenbach, demitiu o diretor e dois inspetores por negligência. Desde que assumimos, um terço dos funcionários da Febem foi trocado em razão das fugas e maus-tratos aos internos, entre outros motivos.

— Uma das condições que favorecem as fugas é a superlotação na Unidade de Recepção. O que tem sido feito para melhorar as condições dos menores que ali chegam e minorar esse problema?

— São os acusados por ter cão e por não ter cão. Em 1975, o menor, antes de ir para a Febem, era ouvido pelo Juz e depois ficava algumas horas na instituição, até ser encaminhado de volta à sua família ou a alguma unidade educacional. Hoje, recebemos todo os menores, tanto os que são entregues pelos próprios pais como os que são presos pela Polícia e eles têm de aguardar a sentença judicial.

— Bem, considerando-se que a Justiça irá mesmo demorar, enquanto não se resolve esse problema a Febem pode tomar alguma providência para deixar essas crianças e adolescentes em locais mais adequados, já procedendo a uma separação...

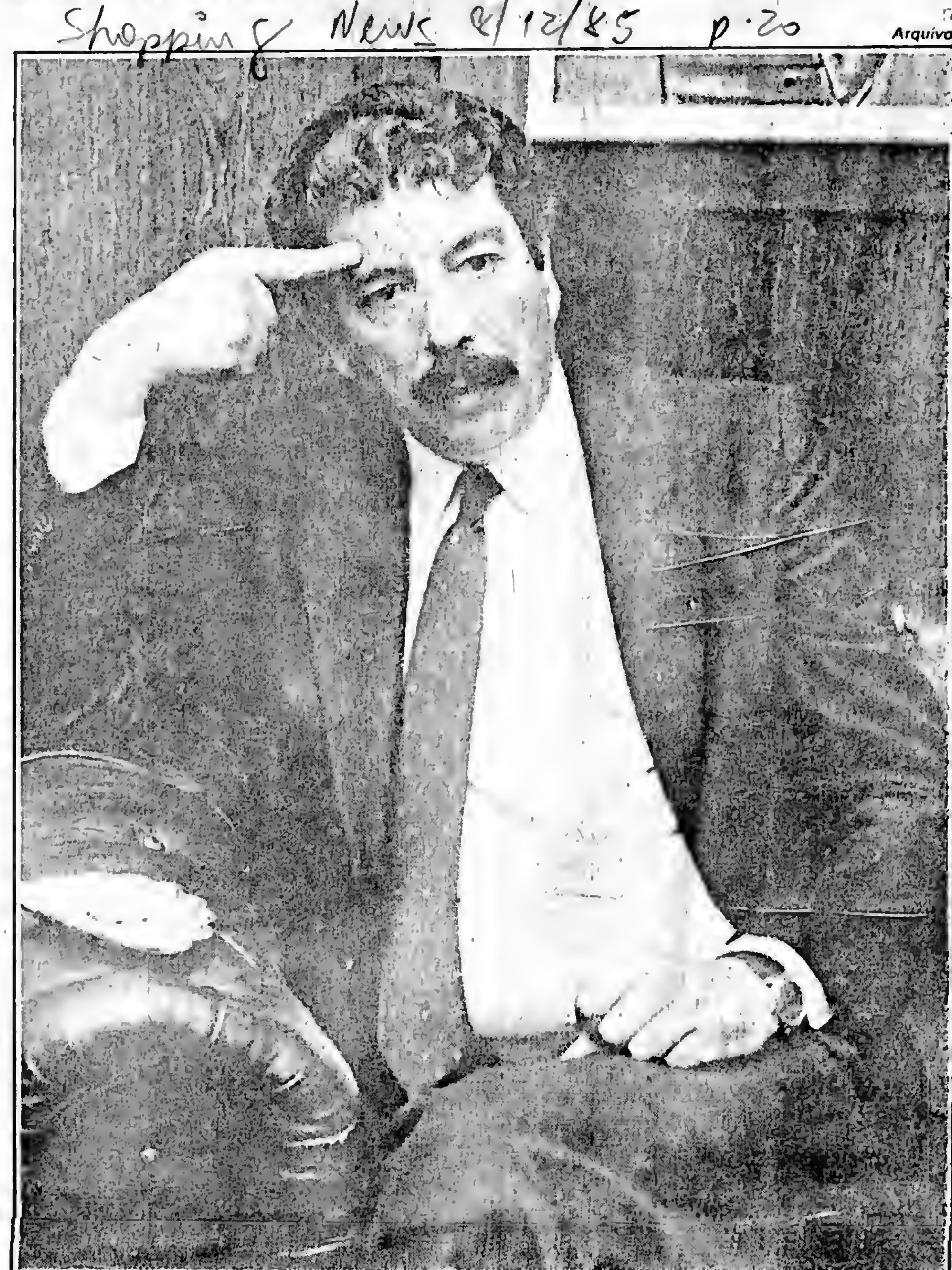
— Como vamos criar coisas que não têm a ver com a nossa responsabilidade? Esse trabalho requer a participação da Polícia, do Juizado e do Ministério Público para que a situação seja revista. Estão superlotadas as unidades, mas com se constrói, do dia para a noite, um local de contenção?

— A municipalização no atendimento ao menor e a atuação da Febem basicamente junto ao infrator já faziam parte do programa do Governo Montoro. Então, como só agora, quase três anos depois, se começa a encaminhar isso?

— Poderíamos ter tido uma posição autoritária e dizer: fazemos isso e isso.



Crianças brincam no pátio da Febem



Souza Queiroz: "Acusados por ter cão e por não ter cão."

Mas não podemos intervir nos outros poderes. Além disso, tudo dependia de uma vontade política e na Febem essa vontade sempre foi tênue. Agora, não dá mais para adiar. A municipalização sempre foi discutida mas ela implica uma decisão sobre o destino dos funcionários da Febem, cerca de 4 mil. E também ainda não existia, a nível dos Municípios, estrutura para aceitar isso. A municipalização da merenda, por exemplo, foi uma medida prévia, necessária para essa modificação.

— Essa resistência dentro da Febem teria partido da presidenta Maria Inês Bierrenbach? Afinal, essas mudanças na Febem poderiam significar a perda de poder...

— Não digo que é a presidenta. A Maria Inês é uma pessoa muito preocupada em resolver os problemas do menor. E qual o poder da Febem? Concentrar os Naldinhos e depois não poder educá-los? A Nova Febem será a instituição em condições de responder pelos menores infratores.

— Já que se falou em Naldinho, numa entrevista recente o senhor disse que os menores infratores deveriam ser enviados a instituições dotadas de profissionais capacitados a educar e recuperar o menor com desvio de conduta. A Febem atualmente é essa instituição?

— A Nova Febem será essa instituição.

— Então, levando-se em conta que a Unidade do Tatuapé não pode dispor

de policiamento necessário e que a atual Febem ainda não tem condições de educar e recuperar o menor infrator, se, por exemplo, o Naldinho for preso na semana que vem, ele deveria ir para a Penitenciária do Estado?

— Seria incorreto mandá-lo para a Penitenciária. Ele precisa de um esquema de contenção que não é a prisão. O Naldinho é responsabilidade da Febem.

— Nos últimos meses foi muito discutida a criação de um Departamento de Polícia de Menores, subordinado à Delegacia Geral de Polícia. O projeto acabou arquivado e agora a Secretaria de Segurança Pública irá reativar a Delegacia Especializada de Menores, que já existia, embora não funcionasse. Por que tanta discussão para depois decidir pelo mais simples, a ativação de um órgão já existente?

— Existem interesses nisso. De repente se falou no Deprom como salvação. O delegado Newton Rodrigues apresentou sua proposta a nosso pedido e creio que o Deprom seria mesmo o ideal. Mas quando vimos os custos, tivemos de reconsiderar a proposta. Infelizmente, é preciso entender que o Estado não é ágil como uma empresa. Eu não tenho condições de conhecer a máquina administrativa inteira. Além de reativar a Delegacia Especializada de Menores, serão criados postos de atendimento nas oito seccionais, integrados por pessoal habilitado a atender os menores.